

Artigo

POLÍTICAS ECONÔMICAS, SELIC E INFLAÇÃO

ECONOMIC POLICIES, SELIC AND INFLATION

POLÍTICAS ECONÓMICAS, SELIC E INFLACIÓN

Luiz Eugênio Côrtes Santiago Filho

Mestre em Direito, Must University, Boca Raton, Flórida, Estados Unidos.
E-mail: luizsantiagofilho@hotmail.com

Welinton Fernandes Leite

Mestrando em Direito, Governança e Políticas Públicas pela Universidade
Salvador (UNIFACS), Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: welinton_junior@outlook.com

Gustavo Mazzei Pereira

Mestrando em Direito, Governança e Políticas Públicas pela Universidade
Salvador (UNIFACS), Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: gustavo@calmonemazzei.com.br

RESUMO

Neste trabalho, desenvolvemos um estudo a respeito das políticas econômicas e suas interações com a taxa básica de juros da economia (SELIC) e com a inflação, abordando conceitos fundamentais e suas aplicações práticas. Ao conceituar políticas econômicas e, também, ao destacar que o controle da inflação não está restrito ao uso da SELIC, a abordagem do tema amplia a compreensão sobre a complexidade das interações entre as variáveis econômicas e reforça a importância da utilização de estratégias integradas. O referencial teórico enfatizou as políticas econômicas fiscais, monetárias e cambiais e seus possíveis efeitos na SELIC e na inflação, apresentou a definição e o histórico da SELIC e o conceito de inflação. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa exploratória e bibliográfica, para, ao final, concluirmos que as políticas econômicas dispõem de diversos meios para controlar a inflação e estimular o desenvolvimento econômico, não somente por meio da taxa SELIC.

Palavras-chave: Política Econômica. Política Fiscal. Política Monetária. Política Cambial. SELIC. Inflação.

ABSTRACT

In this work, we developed a study regarding economic policies and their interactions with the economy's basic interest rate (SELIC) and inflation, addressing fundamental concepts and their practical applications. By conceptualizing economic policies and also highlighting that controlling inflation is not restricted to the use of the SELIC, the approach to the topic broadens the

DOI: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-402-2024>

Submitted on: 12.19.2024 | Accepted on: 12.23.2024 | Published on: 12.27.2024

understanding of the complexity of interactions between economic variables and reinforces the importance of using integrated strategies. The theoretical framework emphasized fiscal, monetary and exchange rate economic policies and their possible effects on the SELIC and inflation, presenting the definition and history of the SELIC and the concept of inflation. The study was developed through exploratory and bibliographical research, so that, in the end, we conclude that economic policies have several means to control inflation and stimulate economic development, not only through the SELIC rate.

Keywords: Economic Policy. Fiscal Policy. Monetary Policy. Exchange Rate Policy. SELIC. Inflation.

RESUMEN

En este trabajo desarrollamos un estudio sobre las políticas económicas y sus interacciones con la tasa de interés básica de la economía (SELIC) y la inflación, abordando conceptos fundamentales y sus aplicaciones prácticas. Al conceptualizar las políticas económicas y también resaltar que el control de la inflación no se limita al uso de la SELIC, el abordaje del tema amplía la comprensión de la complejidad de las interacciones entre variables económicas y refuerza la importancia del uso de estrategias integradas. El marco teórico enfatizó las políticas económicas fiscales, monetarias y cambiarias y sus posibles efectos sobre la SELIC y la inflación, presentando la definición y la historia de la SELIC y el concepto de inflación. El estudio se desarrolló a través de una investigación exploratoria y bibliográfica, de modo que, al final, concluimos que las políticas económicas tienen varios medios para controlar la inflación y estimular el desarrollo económico, no sólo a través de la tasa SELIC.

Palabras clave: Política Económica. Política Fiscal. Política Monetaria. Política Cambiaria. SÉLIC. Inflación.

POLÍTICAS ECONÔMICAS

As políticas econômicas têm como escopo a construção de um cenário adequado e frutífero para o desenvolvimento econômico do país; essa articulação visa entre outros pontos equacionar as pressões inflacionárias; fomentar o estado de pleno emprego; realizar o acompanhamento das contas públicas; assim como monitorar os elementos para uma relação internacional estruturada e benéfica para todo o país. Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), desde 1967 foram identificadas mais de 12 políticas criadas (Ipea, 2023). No entanto, existem três instrumentos de políticas econômicas fundamentais no Brasil e no mundo que serão abordados em seguida: a política fiscal, a monetária e a cambial.

Política Fiscal

A política fiscal faz referência às receitas e despesas do setor público, assim como aos estímulos positivos e negativos da balança comercial (exportação – importação) (Souza; Machado, 2019, p. 50). Por esse instrumento, ocorrem as variações nas alíquotas dos impostos e as isenções estratégicas para estimular determinado setor da economia; um bom exemplo é o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ocorrendo a redução ou até mesmo a isenção da sua alíquota com o intuito principal de ampliação da produtividade, geração de empregos e consequentemente o aumento da renda *per capita* brasileira, conforme demonstra publicação da Casa Civil:

Foi publicada, na sexta-feira (29), medida que reduz o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em até 35% para a maioria dos produtos fabricados no País e ainda preserva a competitividade dos produtos produzidos na Zona Franca de Manaus (ZFM). Trata-se do Decreto nº 11.158 de 29 de julho de 2022, que busca contribuir para os esforços de reindustrialização do Brasil, incentivar a competitividade da indústria nacional e potencializar a geração de emprego e renda em todas as regiões (Brasil, 2022).

A política fiscal é um instrumento também utilizado para controle da pressão inflacionária, em momentos de aumento generalizado dos preços, a diminuição de gastos públicos e o aumento da carga tributária tendem a retrair o consumo (Vasconcellos; Garcia, 2001, p. 87), refletindo direta ou indiretamente no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e demais índices correlacionados. Noutra banda, através da política fiscal é materializada também uma das funções clássicas do Estado: a função distributiva. Essa função estatal tem como atividade principal a arrecadação dos impostos, reduzindo a renda de determinadas classes sociais ou regiões, transferindo para outras que necessitem de apoio ou estímulo em determinado momento (Machado, 2004, p. 40). Em seguida, serão demonstrados os principais instrumentos de política fiscal com base no entendimento de Ludmila Culpi (2019):

Os principais instrumentos de políticas fiscais são: (a) redução da carga tributária (Política Expansionista) ou o aumento dessa carga (política restritiva); (b) o aumento do prazo de recolhimento de tributos (política expansionista, porque as pessoas têm mais dinheiro nas mãos por mais tempo) ou redução do prazo de recolhimento (política

restritiva, pois reduz a liquidez (d) economia); (c) aumento dos gastos públicos (política expansionista, pois o governo injeta dinheiro na economia) ou diminuição ou adiamento dos gastos (política restritiva, porque o governo não coloca renda na economia); e (d) a expansão dos subsídios (política expansionista incentiva a produção e aumenta o emprego na economia) ou redução dos subsídios (política restritiva, porque não transfere dinheiro ao setor produtivo).

Nesse sentido, também é importante diferenciar as políticas expansionistas das políticas contracionistas ou restritivas. As políticas expansionistas traduzem uma vontade do agente governamental de acelerar a economia, ampliando a oferta monetária no país, propiciando um ambiente salutar para o consumo e crescimento do PIB, ponderando um potencial aumento generalizado dos preços. Em contrapartida, as políticas restritivas têm viés defensivo, geralmente aplicado em momentos de hiatos inflacionários. Essa política tende a reduzir a oferta monetária no país e ativar mecanismos para contrair o consumo, automaticamente refletindo de maneira negativa no PIB, porém, em tese, descomprimindo a inflação. Tais vieses também são aplicáveis na política monetária e cambial, como veremos a seguir.

Política Monetária

A política monetária exerce sua função sobre a quantidade de moeda circulante e nas negociações dos Títulos Públicos Federais. Além da regulamentação da taxa básica de juros realizada pelo Banco Central do Brasil, através do Copom, em 8 reuniões por ano, existem outras quatro ferramentas principais que podem ser acionadas para a efetivação do interesse governamental sobre o aspecto monetário: (a) novas emissões de dívidas públicas; (b) ampliação dos recolhimentos compulsórios sobre os depósitos dos bancos comerciais e múltiplos; (c) *open market* (negociação de Títulos Públicos Federais); (d) ajuste sobre os redesccontos e da regulamentação sobre o crédito. Um dos aspectos facilitadores dessas políticas é a sua eficiente aplicabilidade, pois para serem alteradas necessitam apenas de decisões administrativas das autoridades monetárias (Vasconcellos; Garcia, 2001, p. 88).

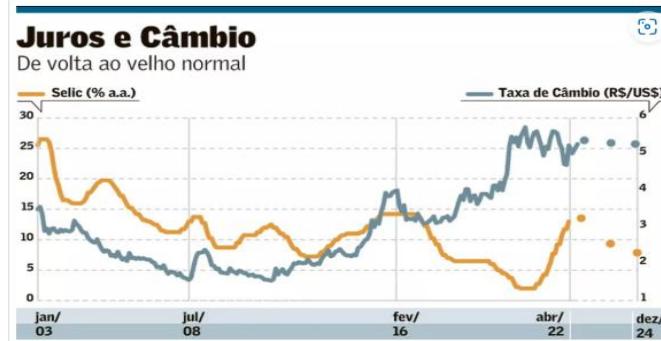
Segundo os ensinamos de Ludmila Culpi (2019, p. 71), para o agente governamental avaliar corretamente o momento da economia no que tange à sua liquidez, é necessário analisar a base monetária disponível. Esse elemento

consiste na contabilização da moeda manual (papel-moeda e moedas metálicas), da moeda escritural (os depósitos à vista nos bancos comerciais) e dos ativos financeiros que estejam custodiados no sistema financeiro, como previdências privadas, ações e ativos correlatos. Em posse dessas informações o governo inicia a análise para a tomada de decisão, incluindo, naturalmente, outras variáveis e indicadores externos e internos.

O objetivo central da política monetária consiste em acionar os instrumentos comentados anteriormente para retirar ou injetar moeda na economia, arrefecendo ou estimulando o consumo no país de acordo com a estratégia mais adequada no cenário vivenciado. Insta salientar que, para alcançar o propósito econômico perseguido pela autoridade monetária, em regra, serão articuladas as políticas econômicas entre si, conforme aduzem Vasconcellos e Garcia (2001, p. 88): “A política econômica deve ser executada através de uma combinação adequada de instrumentos fiscais e monetários”, entretanto, nem sempre estarão no mesmo sentido.

Em seguida, nos gráficos 1 e 2 serão demonstrados a correlação entre as políticas monetárias, os indicadores e o cenário econômico, podendo ser observadas algumas das estratégias articuladas pela autoridade monetária em horizonte de aumento progressivo da inflação. Nos recortes colacionados, a representação também contempla o período de enfrentamento da pandemia de Covid-19 e retrata a tendência percorrida pela Taxa Selic diante dos desafios encontrados no intervalo observado. É importante frisar que essa análise tem cunho meramente didático e é um recorte direcional, desconsiderando outros indicadores.

Gráfico 1 – Juros e câmbio.



Fonte: Garcia (2022 apud Costa, 2022).

Gráfico 2 – Estagflação, desafio do Banco Central.



Fonte: Garcia (2022 *apud* Costa, 2022).

No primeiro gráfico é possível observar o histórico da taxa de juros e da taxa cambial numa janela de 2003 a 2022, sendo os pontos ao final do gráfico no período terminal de 2022 a 2024 as respectivas projeções do Focus emitido pelo Banco Central do Brasil.

Por seu turno, o Gráfico 2 apresenta o histórico da taxa de câmbio; a Meta Selic, a projeção no vértice de 10 anos da Selic e o IPCA acumulado de 12 meses e a sua expectativa anual.

Ainda em análise aos gráficos, o ano de 2020 foi marcado pelo início da pandemia do novo coronavírus, cenário em que, além da caótica crise sanitária, concomitantemente persistiram impactos importantes de ordem econômica. O Brasil encerrou o mesmo exercício com mais de 29% de alta do dólar, posicionando o real como a segunda pior moeda em desempenho global, superando apenas o peso argentino (Benedito, 2020).

No tocante à Taxa Selic, o Brasil estava em meio a uma política monetária expansionista, alcançando a mínima na série histórica de 2% ao ano, e o governo com tendência de permanecer nesses patamares para incentivar o consumo e o crescimento do PIB. Porém, ainda em 2020 os índices de acompanhamento da inflação ganharam tração e iniciaram um ciclo de escalada, um dos motivos, segundo o Banco Central, para a primeira alta da taxa básica de juros em março de 2021, após quase 6 anos sem elevações (Banco Central do Brasil, 2021).

Dentro dessa equação outros fatores evidentemente precisam ser analisados. No mesmo período, com a vigência dos estímulos econômicos

através do auxílio emergencial, as despesas cresciam e as receitas do governo desmoronavam por conta da baixa arrecadação de impostos resultantes dos *lockdowns*. Ou seja, no mesmo intervalo, além das preocupações com a pressão inflacionária, vigorou uma grande tensão no mercado no que tange às contas públicas e ao rompimento do teto de gastos, representado pela taxa de juros 10 A, no Gráfico 2.

Nesse sentido, no *open market* o risco dos títulos públicos foi elevado, e o mercado exigia maior prêmio (juros) para adquirir novos títulos brasileiros, nessa ordem também ampliando o endividamento público. Essa é análise fática, não havendo cunho político-ideológico.

Além dos fatores comentados, existiram outros elementos que influenciaram o período em análise, a exemplo da disputa presidencial em andamento no Brasil e as projeções do PIB. No entanto, para fins didáticos, este estudo não irá contemplá-los, restringindo o enfoque na dinâmica da política monetária dentro economia brasileira.

Política Cambial

A política cambial tem como escopo buscar uma zona adequada de correlação entre a moeda local e a estrangeira, planejando um ambiente de negociações internacionais equilibrado (Culpi, 2019, p. 76). As autoridades monetárias atuam principalmente no Dólar americano por causa da sua representatividade no âmbito global, conforme demonstra Ludmila Culpi (2019, p. 76):

É possível assumir taxa de câmbio como o preço da moeda nacional da moeda estrangeira, ou seja, quantos reais são necessários para comprar um dólar. No Brasil, em geral, a taxa de câmbio tem girado, nos últimos cinco anos, entre o R\$ 3,00 e R\$ 4,00 para cada dólar. Quando a taxa de câmbio passa de R\$ 3,00 para R\$ 3,10 significa que houve uma desvalorização do real, ou seja, ficou mais caro comprar o mesmo dólar; ao passo que, quando passa de R\$ 3,00 para R\$ 2,90, houve uma valorização da moeda nacional e o dólar ficou mais barato.

Noutra banda, é importante compreender os potenciais impactos derivados das variações do câmbio. Em regra, em momentos em que o Real está desvalorizado perante o Dólar, amplia-se as vantagens para as exportações,

pois os produtos nacionais agregam nova cotação valorativa no mercado internacional. Já em cenário de valorização do Real perante o Dólar, comumente ocorre o estímulo a importações, devido à ampliação do poder de compra no exterior.

Para melhor entendimento desse fluxo, é importante compreender que as exportações agregam valor para o PIB doméstico, pois atraem recurso estrangeiro para a economia local, assim como fomentam o crescimento de novos postos de trabalho e majora a arrecadação de impostos locais; ao passo que as importações, mesmo sendo necessárias para a produção brasileira – haja vista a atual insuficiência de extrair no Brasil toda matéria-prima ou tecnologia exigida pela cadeia produtiva –, condensam dois alertas centrais: a deterioração da Balança Comercial – e, por consequência, do PIB brasileiro – e a redução da atratividade para os produtos nacionais.

Em linha com o anteriormente exposto sobre as importações, o Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) sinalizou a importância da adequada tributação para os produtos estrangeiros, sob pena do fechamento de empresas, sobretudo as de médio e pequeno porte, e os seus respectivos postos de trabalho:

O patamar mínimo de 20% é muito aquém da necessidade para se ter uma competição isonômica, portanto, não aceitável. Basta ver o estudo do IDV / IBPT, no qual a carga tributária efetiva média é de 85%. Caso ocorra a implantação da alíquota de 20%, a destruição de empresas e empregos continuará, em especial nas médias e pequenas (Martello, 2023).

Para o PIB do Brasil o impacto é evidente. O PIB, na ótica da demanda, é o resultado do consumo das famílias, somado aos investimentos do setor privado, aos gastos públicos e ao saldo da balança comercial líquida, por sua vez a balança comercial é o resultado entre as exportações menos as importações (Souza; Machado, 2019, p. 5). Isto é, se o governo deseja impulsionar o desenvolvimento econômico, as importações precisam ser monitoradas. A matriz tecnológica do país e a produção industrial requerem acompanhamento da demanda no mercado externo e interno. Como exemplo,

podemos observar um fragmento do estudo sobre a elasticidade-câmbio das importações apresentado pelo Ipea (2015, p. 17):

Em relação à indústria eletroeletrônica, a década de 1990 foi marcada por uma intensa fragmentação da produção e também por um aumento da participação dos eletrônicos no comércio mundial. Concomitantemente, as exportações de partes e componentes cresceram mais rápido do que as de produtos finais (Lall, Albadejo e Zhang, 2004, p. 8). Aliados à ausência de uma produção nacional de componentes eletrônicos, estes fatos esclarecem não só o aumento do quantum importado de intermediários, mas também constituem uma possível explicação para sua inelasticidade-cambial.

Porém, é importante compreender que apenas estimular as exportações pode criar um efeito rebote para a economia, pois alguns produtos precisam ser importados para a produção local, como o trigo. Portanto, ocorrendo a desvalorização demasiada do Real diante do Dólar, os exportadores serão beneficiados, mas os produtos importados ficarão mais caros, logo, existindo uma possibilidade maior de repasse dos novos custos e da elevação dos preços para o consumidor final, ou seja, gerando a inflação de custo. Assim demonstra o Sindustrigo (Derivados [...], 2018), veiculando notícia do estado do Paraná:

Com as sucessivas altas do dólar frente ao real nas últimas semanas, alguns produtos devem ficar mais caros nos supermercados da região em breve. De acordo com gerentes de estabelecimentos de Apucarana e Arapongas, os reajustes da farinha de trigo e derivados, como pão, macarrão e biscoitos, devem ser superiores a 20%.

Existem diversos elementos que podem ser inseridos nessa equação: possibilidade de incentivo fiscal; problemas climáticos; até mesmo o aumento no preço do petróleo, afetando no diesel que será utilizado pelos veículos agrícolas, pode interferir nos preços. Todavia, não se pode desonerar a importância do câmbio nesse cálculo.

Nesse contexto, entra em cena a política cambial. Em nosso regime atual de câmbio flutuante sujo (Culpi, 2019, p. 77), é possível a participação do Estado quando o mercado está com altas oscilações, podendo impactar a economia local. O Estado funciona como um *sprinkler*. Em momentos de altas volatilidades e “calor” excessivo nas cotações cambiais ou para efetivar uma política econômica predeterminada, a autoridade monetária acessa as suas reservas

internacionais, injetando ou retirando Dólar da economia para controlar ou direcionar a temperatura do mercado (Ipea, 2009). Contudo, esse manejo é realizado de maneira cautelosa, pois em momentos de turbulência as reservas internacionais brasileiras sofrem com nova cotação e o endividamento público também passa por nova precificação:

No mercado externo, a alta do dólar em outubro aumentou o endividamento do governo. A Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 1,05%, passando de R\$ 241,78 bilhões em setembro para R\$ 244,32 bilhões em outubro. O principal fator foi o avanço de 1% da moeda norte-americana no mês passado (Dívida [...], 2023).

Sendo assim, na economia, a análise de um único indicador ou política econômica não se demonstra a maneira mais lúcida de estudo; todas as engrenagens estão conectadas – de maneira direta ou indireta.

SELIC

Ao final da década de 1970 foi criado no Brasil o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), por meio da articulação entre a atual Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) em conjunto com o Banco Central do Brasil. A finalidade originária era permitir maior fluidez nas operações de compra e venda de Títulos Públicos Federais entre os bancos, assim como custodiá-los, garantindo maior segurança e agilidade para o Sistema Financeiro Nacional.

No período entre 1996 e março de 1999, o Comitê de Políticas Monetárias (Copom) fixava a Taxa Básica do Banco Central (TBC) no formato de bandas, assim como ainda é feito nos Estados Unidos. No entanto, a partir da Circular n.º 2868, do Banco Central – revogada, posteriormente, pela Circular n.º 2.900 –, foi instituída em 5 de março de 1999 a Taxa Selic Meta como instrumento de política monetária para apoiar o cumprimento da meta da inflação, um dos maiores gargalos econômicos da época.

Para o Banco Central, a Selic é a taxa de juros média praticada nas operações compromissadas com títulos públicos federais com prazo de um dia útil e é a taxa básica de juros da economia, que influencia outras taxas de juros

do país, como taxas de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras (bcb.gov.br).

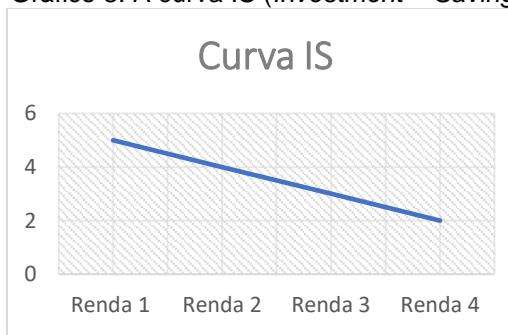
A Selic, com a natureza de taxa básica da economia brasileira, influencia diretamente todas as operações financeiras do país, assim como pode impactar outros pontos da macro e da microeconomia. Não se pode negligenciar a linha condutora que esse indexador representa dentro das áreas de créditos, investimentos, geração de empregos e até mesmo sobre o consumo das famílias.

O Modelo IS-LM e a Análise dos Efeitos das Políticas Econômicas

O modelo IS-LM, também chamado de modelo keynesiano generalizado, demonstra por meios gráficos as correlações entre o mercado de bens e serviços e o mercado monetário. Esse modelo parte da premissa de que há uma combinação entre taxa de juros (i) e renda (Y), que é capaz de promover um equilíbrio geral entre os dois mercados. Por outro lado, há combinações de taxas de juros e de renda que equilibram somente o mercado de bens e outras combinações que equilibram somente o mercado monetário.

O modelo gráfico tem as coordenadas verticais representando as taxas de juros (i) e as abscissas horizontais representando a renda (Y). A curva IS (*Investment = Saving*) demonstra as possíveis combinações de juros e renda e reúne todos os pontos de equilíbrio do mercado de bens, determinando para cada taxa de juros o nível de renda correspondente, e vice-versa. Por consequência lógica, todos os pontos fora da curva correspondem a desequilíbrios.

Gráfico 3: A curva IS (*Investment = Saving*)

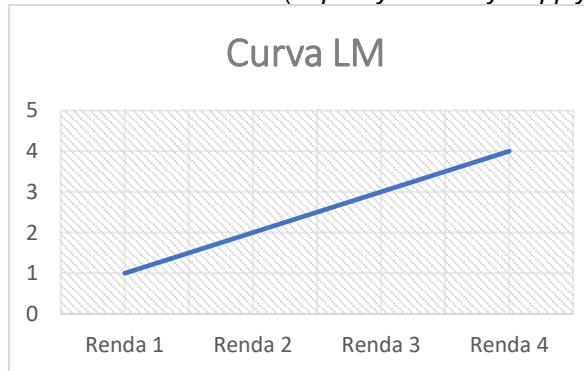


Fonte: Autoria Própria.

A partir da análise do gráfico 3, pode-se concluir que a taxa de juros é inversamente proporcional à renda, ou seja, quando se reduz a taxa de juros, a renda aumenta, pois muitos investimentos na economia real passam a ser mais atrativos e consequente se elevam, elevando a renda. Por outro lado, quando se eleva a taxa de juros, muitos investimentos deixam de ser efetivados em face do menor retorno em relação ao custo do dinheiro e, portanto, a renda cai. A inclinação da curva está relacionada ao potencial de efeito da variação da taxa de juros na renda. Curvas muito inclinadas refletem grande sensibilidade da renda à taxa de juros e curvas pouco inclinadas refletem pouca sensibilidade.

A curva LM (*Liquidity = Money Supply*) demonstra as possíveis combinações de juros e renda e reúne todos os pontos de equilíbrio no mercado monetário em que a oferta de moeda se iguala à demanda. No contexto brasileiro, a oferta de moeda é um elemento exógeno controlado pelo Banco Central e a demanda por moeda vai variar em função da taxa de juros (i) e da renda (Y).

Gráfico 4- A curva LM (*Liquidity = Money Supply*)



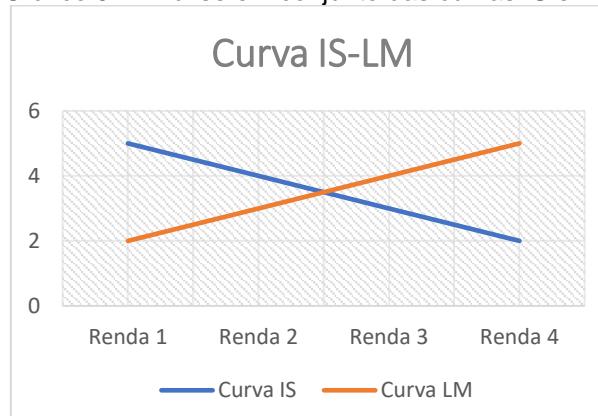
Fonte: Autoria Própria.

A partir da análise do gráfico 4, pode-se concluir que a renda é diretamente proporcional à taxa de juros, ou seja, quando a renda se reduz, a taxa de juros também reduz, pois ocorre a diminuição da demanda por moeda dos agentes econômicos. Por outro lado, quando a renda aumenta, a taxa de juros também aumenta para inibir a demanda por moeda e manter o equilíbrio.

Nesse mercado, a taxa de juros é o elemento de ajuste da economia. No caso alta demanda por moeda, a taxa de juros se eleva; no caso de baixa demanda por moeda, a taxa de juros se reduz. O chamado equilíbrio geral ocorre

no ponto em que as curvas IS-LM se cruzam. Nesse ponto, encontram-se a taxa de juros (i) e a renda (Y), que conseguem gerar equilíbrio simultâneo no mercado de bens e no mercado monetário.

Gráfico 5 – Análise em conjunto das curvas IS e LM.



Fonte: Autoria Própria

Para analisar os efeitos das políticas fiscal e monetária na taxa de juros e na renda do equilíbrio geral, basta interpretar a movimentação de cada uma das curvas.

Se a política fiscal for expansionista, a curva IS se deslocará para a direita e ocorrerá o aumento da taxa de juros e da renda. Se a política fiscal for contracionista, a curva IS se deslocará para a esquerda e ocorrerá a diminuição da taxa de juros e da renda.

São políticas fiscais expansionistas a diminuição da tributação, o aumento dos gastos públicos, o aumento das exportações, o aumento do consumo interno, o aumento de investimentos governamentais e a diminuição das importações. Por outro lado, são contracionistas as medidas de aumento da tributação, de diminuição dos gastos públicos, de diminuição das exportações, de diminuição do consumo interno, de diminuição de investimentos governamentais e de aumento das importações. Se a política monetária for expansionista, a curva LM se deslocará para a direita e ocorrerá a diminuição da taxa de juros e o aumento da renda. Se a política monetária for contracionista, a curva LM se deslocará para a esquerda e ocorrerá o aumento da taxa de juros e a diminuição da renda.

São políticas monetárias expansionistas a diminuição de reservas cambiais, a diminuição do redesconto bancário e a compra de títulos públicos pelo governo. Por outro lado, são contracionistas as medidas de aumento de reservas cambiais, de aumento do redesconto bancário e de venda de títulos públicos pelo governo.

Pode-se, ainda, combinar medidas simultâneas de política fiscal e monetária com metas específicas em relação à taxa de juros e à renda. Há ainda o modelo IS-LM-BP, como uma extensão do modelo IS-LM com a inclusão das contas do Balanço de Pagamentos e a análise dos efeitos das alterações da conta de transações correntes e da conta capital e financeira sobre a renda e a taxa de juros.

INFLAÇÃO

A inflação é conceituada pelo aumento generalizado e persistente dos preços dentro da economia, ressalvando a possibilidade de aumentos sazonais (Vasconcellos, 2001, p. 181). No entanto, o aumento generalizado dos preços pode ser provocado por motivos distintos, ou seja, o mesmo efeito (inflação) por causas diferentes. Essas causas, em regra, podem ser por três motivos: a inflação de demanda, a inflação de custo ou de oferta e a inflação Inercial (Souza; Machado, 2019, p. 20).

A inflação de demanda é a modalidade de elevação generalizada dos preços mais conhecida, pois ocorre em decorrência do aumento da procura (demanda) por determinados bens ou serviços, refletindo diretamente nos preços. Geralmente ocorre o surgimento desse fenômeno quando o país atinge o pleno emprego e porta uma economia pujante com crescimento econômico. Nesse cenário a população tem maior oferta monetária e mais vantagens para consumir. Permanecendo o mesmo patamar de oferta, o efeito natural é a escalada nos preços.

Por outro lado, podemos observar outro tipo de inflação. Quando eventualmente se materializa o aumento dos custos operacionais ou de insumos para a produção, naturalmente ocorrem dois fenômenos: o repasse para o consumidor final ou a retração da oferta dos produtos e serviços impactados. Em

ambos os casos os preços tendem a subir e, desta forma, é materializada a inflação de custos, também conhecida como inflação de oferta (Vasconcellos, 2001, p. 182).

Ademais, existe uma terceira forma de inflação: a inercial. Esse aumento generalizado e contínuo dos preços ocorre pela conduta do mercado de se antecipar sob o argumento de proteção das novas elevações que ocorrerão no futuro próximo, ampliando os seus preços desde logo, por já estarem vivenciando um pico inflacionário (Souza; Machado, 2019, p. 20).

Portanto, constatando que existem outras formas de inflação, não parece razoável tratá-las com a mesma solução. Para melhor contextualização do explanado, é possível analisar o período pandêmico pelo novo coronavírus. Entre 2020 e 2022, o Brasil enfrentou um momento de estagflação, ou seja, inflação sem desenvolvimento econômico. O país registrava altas nos preços, porém a produtividade estava em queda, assim como o índice de desemprego em tendência de alta, plotando um cenário oposto ao de grandes demandas por bens e serviços.

Nesse diapasão, lançar mão da elevação da taxa básica de juros para frear um consumo que na prática já não existe – por consequência agravando ainda mais o desemprego e a retração econômica do país – demonstra ser uma solução contraditória, se analisada isoladamente. Conforme estudo do professor da UFRGS Flávio Benevett (Jornal da Universidade, 2022), acionar as políticas econômicas contracionistas para a inflação de oferta, como se demanda fosse, caminha na contramão do enfrentamento do real problema. Nesse cenário, para estimular a redução dos custos operacionais e dos insumos para a produção, dever-se-ia aquecer a economia, gerando maior produtividade e concorrência, provocando a redução dos preços dos bens e serviços no segundo momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme amplamente demonstrado neste estudo, não existe apenas uma forma para provocar a descompressão da inflação ou para estimular o desenvolvimento econômico. As políticas econômicas não se resumem unicamente ao manuseio da taxa básica de juros brasileira (Selic), muito menos

na verificação de apenas um indicador econômico. A importância da Selic para o cidadão brasileiro é indiscutível, ela reflete diretamente no dia a dia da sociedade, porém esse importante instrumento de política monetária deve ser articulado de maneira assertiva e com ponderação.

A economia brasileira é composta por diversas engrenagens, dentro e fora do seu território, contemplando entre elas as políticas fiscais, monetárias e cambiais. Por isso, é imprescindível o entendimento pela população brasileira dos conhecimentos elementares da economia, principalmente para que, em momentos delicados como o enfrentado na pandemia do novo coronavírus, a sociedade civil possa cobrar e apoiar as medidas necessárias pelas autoridades monetárias ou suportar conscientemente os efeitos colaterais na implementação da estratégia econômica mais acertada no período.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Atas do Comitê de Política Monetária – Copom.** 237^a reunião. 23 mar 21. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom/17032021>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Circular n.º 2868.** Disponível em: [CIRCULAR 2868, de 04/03/1999 \(bcb.gov.br\)](https://www.bcb.gov.br/circular/2868). Acesso em: 17 dez. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de juros básicas – Histórico.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de juros básicas.** Disponível em: www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic. Acessado em 17 dez 2024..

BENEDITO, Luana Maria. Dólar dispara mais de 29% em 2020 marcado por pandemia, juros baixos e incertezas fiscais. **Reuters**, 30 dez. 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSKBN2942DC/>. Acesso em: 2 jan. 2024.

COMO SEGURAR o dólar? As consequências do dólar desvalorizado. **Desafios do desenvolvimento**, ano 7, ed. 56, 10 dez. 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1519:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 2 jan. 2024.

COSTA, Fernando Nogueira da. Busca da apreciação da moeda nacional: taxa de juros – taxa de câmbio – taxa de inflação – queda da taxa de crescimento do PIB – taxa de desemprego. **Blog Cidadania & Cultura**, 15 abr. 2022. Disponível em:

<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2022/04/15/busca-da-apreciacao-da-moeda-nacional-taxa-de-juros-taxa-de-cambio-taxa-de-inflacao->

[queda-da-taxa-de-crescimento-do-pib-taxa-de-desemprego/](#). Acesso em: 2 jan. 2024.

CULPI, Ludmila Andrzejewski. **Economia do setor público**: uma análise crítica. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 2 jan. 2024.

DERIVADOS de trigo devem ficar 20% mais caros com alta do dólar.

Sindustrigo, 2018. Disponível em: <https://www.sindustrigo.com.br/noticias-setorial-mercado/derivados-de-trigo-devem-ficar-20-mais-caros-com-alta-do-dolar/3970/>. Acesso em: 2 jan. 2024.

DÍVIDA Pública sobe 1,58% em outubro e aproxima-se de R\$ 6,2 tri. **Agência Brasil**, nov. 2023. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-11/divida-publica-sobe-158-em-outubro-e-aproxima-se-de-r-62-tri#:~:text=No%20mercado%20externo%2C%20a%20alta,norte%2Damericana%20no%20m%C3%AAs%20passado>. Acesso em: 2 jan. 2024.

GIAMBIAGI, Fábio *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IPEA. **Políticas econômicas**. 2023. Disponível em:

<https://catalogo.ipea.gov.br/area-tematica/14/politica-economica>. Acesso em: 2 jan. 2024.

IPEA. **Por que a elasticidade-câmbio das importações é baixa no brasil? Evidências a partir das desagregações das importações por categorias de uso**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3643/1/td_2046.pdf. Acesso em: 2 jan. 2024.

MACHADO, M. de F. **A introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal no contexto da reforma do estado**: uma análise dos resultados dos governos estaduais. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MARTELLO, Alexandre. Governo avalia imposto de importação mínimo de 20% para encomendas internacionais. **G1**, 1 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/09/01/governo-considera-imposto-de-importacao-minimo-de-20percent-para-taxar-encomendas-internacionais-mas-valor-nao-foi-definido.ghtml>. Acesso em: 2 jan. 2024.

NÃO SE enfrenta inflação de oferta com alta de juros. **Jornal da Universidade**, 28 abril 2022. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/249055/001149131.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 jan. 2024.

SOUZA, Jobson Monteiro de; MACHADO, Luiz Henrique Mourão (org.). **Economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 2 jan. 2024.

VASCONCELLOS, M.A.S.; GARCIA, M. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

